

A relação entre a cosmologia e a origem do mal nas *Leis* de Platão

The relation between cosmology and the source of evil in the Plato's *Laws*

DERÓCIO FELIPE PERONDI MEOTTI¹

Resumo: Mesmo com a diferença de prioridades que Platão estabelece na *República* e nas *Leis*, uma coisa se mantém a mesma: o conhecimento do Bem como parâmetro para a formulação de leis boas e justas. O problema surge quando constata-se que, num nível cósmico, não só o bom e o justo parecem provir desse Bem, mas também o mau e injusto. No decorrer do texto, mostrarei como Platão defende que o Bem pode ser origem das coisas boas e também das almas que praticam o mal, sem ser o responsável pelo último. Para tanto, elucidarei como Platão introduz a ideia de uma alma automovente governando o cosmos e a divisão do governo do universo em pequenas partes, estas governadas por cada alma como se fossem arcontes.

Palavras-chave: Platão. Origem do mal. Leis. Alma automovente.

Abstract: Even with the difference of priorities that Plato establishes in the *Republic* and in *Laws*, one thing remains the same: the knowledge of the Good as parameter for the formulation of good and fair laws. The problem arises when it's verified that, on a cosmic level, not only does good and fair seem to come from this Good but also the bad and unfair. Through the text, I will show how Plato defends that the Good might be the source of good things and also of souls that practice evil, without being responsible for the latter. For such, I will elucidate how Plato introduces the idea of a self-moving soul governing the cosmos and the governing division of the universe in tiny parts, these governed by each soul as if they were archons.

Keywords: Plato. Source of evil. Laws. Self-moving soul.

Desde os primórdios da civilização o ser humano tentou, das mais diversas formas, organizar-se de modo que tal organização permitisse que os indivíduos vivessem bem e em segurança. Para tanto, várias formas de condutas e transmissão de costumes foram desenvolvidas com o passar do tempo, e na Grécia antiga não

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na área de concentração Epistemologia e Lógica, linha de pesquisa Teorias sobre a natureza e sobre os limites do conhecimento. Bolsista de Estudo CAPES/PROEX. Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, na linha de pesquisa Conhecimento, Linguagem e Realidade (ano de conclusão: 2021). Bolsista de Estudo CAPES. Licenciado em Filosofia pela mesma instituição (ano de conclusão: 2019). Bolsista de Iniciação Científica do projeto A Teoria da Obrigação em Thomas Hobbes entre 2015/2 e 2016/1. Bolsista de Iniciação Científica do projeto Problemas e conceitos-chave de Teoria do conhecimento à luz da Filosofia da linguagem e das linguagens formais entre 2017/2 e 2018/1. E-mail: derocio_meotti@hotmail.com

foi diferente. Porém, sempre que se tentou estabelecer uma forma de transmissão de valores comuns a todas as pessoas, tais tentativas encontraram vários obstáculos. Entre os problemas que a transmissão de valores enfrenta está a dificuldade de fundamentá-los de forma coerente e suficiente, de modo que venham à luz o mínimo de contradições possível.

À luz de tal fato, Platão (428/7 a.C.-348/7 a.C.) desenvolve, em sua época, um sistema de transmissão de valores que se fundamenta no conhecimento do Bem ('Αγαθός), conhecimento esse que, uma vez atingido, serviria de parâmetro para saber distinguir o que é certo do que é errado, o que é justo do que é injusto, o que é bom do que é mau, e assim por diante.

Na *República* [Πολιτεία]², escrita por volta de 380 a.C. e considerada uma das obras mais importantes do filósofo ateniense, Platão propõe a constituição de uma cidade na qual a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça são os pilares de sustentação³, os alicerces que permitem que a cidade (πόλις) seja uma cidade *boa e feliz* (Καλλίπολις).

O trabalho de construir essa cidade boa e feliz é de cada cidadão na medida em que lhe é permitido avançar nos níveis de instrução e conhecimento, tendo-se como ápice dessa instrução o conhecimento das *ideias* (εἶδος) e, conseqüentemente, o conhecimento daquilo que as sustenta, que é em última análise o conhecimento do Bem. Possuindo o conhecimento do Bem, o sábio, que é *amigo do saber* (φιλόσοφος), seria aquele que governa a cidade, tendo abaixo dele sábios que ainda não atingiram o nível excelente do conhecimento, esses sendo responsáveis por administrar a cidade e também educar as crianças, iniciando-as nos conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento dos cidadãos. Abaixo dos administradores viriam os guardiões e os artesãos. Nessa categoria estão todos aqueles responsáveis – respectivamente – pela ordem interior da cidade e também pela defesa contra inimigos externos, e aqueles responsáveis

² A título de padronização, decidi mencionar todos os títulos de obras em nosso idioma, o português, seguidos do título original entre colchetes (apenas na primeira menção de cada obra).

³ Cf. PLATÃO, 2010 [380 a.C.], p. 175, IV: 427e. Indicaremos, após o ano da edição citada, o ano da publicação original da obra.

por prover a cidade no que diz respeito a utensílios, ferramentas, alimentos, serviços, entre várias outras incumbências necessárias para seu bom funcionamento.

Porém, o que Platão deixa em segundo plano na *República* é o papel das leis. Como em sua cidade boa e feliz (Καλλίπολις) reinariam o conhecimento do Bem e a boa educação do cidadão para que se torne virtuoso devido a esse conhecimento, o caráter impositivo de certo conjunto de leis acaba se configurando como um tanto quanto desnecessário, já que cada cidadão saberia o que é certo, justo, bom, belo, e também os seus opostos.

Porém, nas *Leis* [Νόμοι] – escritas aproximadamente 30 anos após a *República* –, Platão retoma a discussão acerca de como o conhecimento do Bem pode fazer com que a cidade justa se concretize. Entretanto, se na *República* Platão confiava essa constituição à boa instrução dos cidadãos no conhecimento do Bem, nas *Leis* esse foco deixa de ser – pelo menos prioritariamente – tal instrução e passa ser a instrução dos cidadãos no bom conhecimento das leis. Desse modo, para Platão, não é mais prioridade fazer com que os cidadãos da cidade saibam o que é o certo e o errado, o justo e o injusto, o bom e o mau – apesar dessa pretensão não ser abandonada em momento algum, evidentemente –, mas passa a ser de extrema importância que os cidadãos não só cumpram as leis, mas que também saibam de onde ela provém e, mais importante, o *porquê* de ser tal lei uma lei justa.

No decorrer das *Leis*, Platão desenvolve sua tese em cima dessa prerrogativa, mostrando que a lei da cidade – no caso, da *boa cidade* – é justa porque quem a promulgou foi alguém – o ou os filósofos governantes – que alcançou o conhecimento do Bem e, portanto, tem um parâmetro para analisar o que é justo e injusto, bom e mau, certo e errado, e também pode, portanto, fazer leis com base nesses juízos.

Feita essa breve introdução do contexto das *Leis* e suas diferenças principais com relação à *República*, podemos introduzir aqui o problema que surge em decorrência do aspecto que sustenta ambas as obras: o conhecimento do Bem e o que dele deriva.

Descrever como o conhecimento do Bem é obtido não é meu foco neste trabalho, já que tal tema se vincula mais com questões epistemológicas do que com

questões ético-políticas. Porém, é necessário fazer algumas considerações antes de introduzirmos o problema da *origem do mal* na tese platônica e como Platão o desenvolve no livro X das *Leis*. Primeiramente, devemos levar em consideração em que consiste o conhecimento do Bem. Para Platão, o Bem é a ideia que sustenta todas as outras ideias – ou essências, formas etc – e que confere realidade sensível a elas (PLATÃO, 2010 [380 a.C.], p. 319, 517b). Na escala platônica da realidade, a realidade sensível, ou plano sensível, estaria no nível mais baixo, representando uma espécie de cópia (μίμησις) de uma ideia (plano inteligível) que estaria em um nível mais alto de realidade efetiva. Como o Bem é a ideia que sustenta e confere unidade a todas as outras ideias, sua realidade efetiva deve ser maior do que a das outras ideias. O que isso implica é o seguinte: se toda realidade – tanto no plano sensível quanto no plano inteligível – provém do Bem enquanto realidade efetiva, não só o *certo*, o *justo*, o *belo* e o *bom* proviriam dele, mas também o *errado*, o *injusto*, o *feio* e o *mau*.

Desse modo, o Bem, enquanto “alma cósmica”, não só confere realidade às coisas boas e justas, mas também às más e injustas. Ou seja, o Bem é também a origem do mal. Assim, como considerar o Bem como algo exclusivamente bom? Como usar o Bem como parâmetro para a criação de leis, quando dele também derivam as coisas más?

No livro X das *Leis*, Platão se propõe a resolver este problema mostrando como o Bem pode, ao mesmo tempo, conferir realidade a coisas boas e às almas que praticam o mal, sem necessariamente ser responsável pelo mal praticado. Para tanto, ele explora exaustivamente a questão da prioridade da alma em relação ao corpo, mostrando que, enquanto o corpo é desprovido de movimento próprio, não pode ser ele o responsável pelo desenrolar dos movimentos no universo (κόσμος). Argumentando que o corpo não pode ser responsável pelo seu próprio movimento, Platão introduz a ideia de que apenas a alma (ψυχή) pode mover um corpo, e para isso ela deve ser *automovente*. Portanto, deve ser uma alma automovente aquilo que deu início a todo o universo e seu movimento. Estabelecida essa tese, Platão

mostra que os *deuses*⁴ – o Bem –, mesmo que tenham dado início ao desenrolar do universo e confirmam realidade tanto ao bem quanto ao mal, não são responsáveis por este último. Isso ele explica mostrando que cada alma é responsável pelo “seu quinhão” no universo, como se fosse uma espécie de *arconte* (ἄρχοντες) de “seu lugar” enquanto uma alma entre tantas outras almas. Nas *Leis*, Platão diz:

[...] aquele que governa o universo tem todas as coisas ordenadas de acordo com a preservação e a excelência do todo, enquanto que cada uma de suas partes se limita a ser sujeito ou objeto, segundo suas possibilidades, daquilo que é propriamente seu. E cada uma dessas partes, até na mais pequena escala, tem em cada ato ou experiências governantes encarregados de realizar um perfeito acabamento, inclusive nas partes mais ínfimas. (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 176, 903b, tradução nossa)

Diante disso, meu objetivo neste trabalho é mostrar como Platão, no livro X das *Leis*, apresenta e defende a tese de que o Bem não é o responsável pela origem do mal, mas sim o próprio ser humano⁵ na medida em que é considerado como arconte ou governante de uma pequena parte do universo. Para expor isso de modo claro e conciso, mostrarei, num primeiro momento, como o caráter automovente da alma garante sua prioridade com relação ao corpo e que, portanto, deve ser uma alma cósmica automovente aquela que governa o movimento do universo; na sequência, mostrarei como a ou as almas que governam o universo não o governam em sua totalidade, mas apenas uma pequena parte em que atuam como arcontes. Desenvolvidos esses dois pontos, mostrarei de que maneira o Bem – enquanto aquilo que confere realidade a tudo – não pode ser responsabilizado pelo mal no universo e que, portanto, ele pode servir como parâmetro para a formulação de leis justas.

⁴ Sobre ser uma ou mais almas a governarem o universo, Gabriela Roxana Carone, em A cosmologia de Platão e suas dimensões éticas [Plato’s cosmology and its ethical dimensions], diz: “de fato, quando Platão faz o Ateniense perguntar que ‘tipo’ de alma governa o universo (897b7), e posteriormente conclui que é a alma boa, ‘uma ou muitas’ (mian é pleious, 898c7-8; cf. psuché é psuchai, 889b5), poderíamos pensar à primeira vista que para ele a questão acerca da unidade ou multiplicidade das almas governando o universo é deixada em aberto. [...] A razão para isso pode ser que decidir o problema não é crucial para o ponto de que Platão está tratando nesse tipo de discurso exotérico, nomeadamente que as massas devem acreditar em deus, seja ele único ou muitos” (CARONE, 2008 [2005], p. 255).

⁵ Isso é sugerido pelo próprio Platão, nas *Leis*, em 900e.

A prioridade da alma com relação ao corpo

Como disse acima, para Platão é imprescindível demonstrar que a alma tem prioridade com relação ao corpo, uma vez que isso se configura como condição de possibilidade para a tese de que a origem do mal não pode ser imputada à ideia do Bem. Isso se deve ao fato de que, segundo uma visão corrente na antiguidade, apenas corpos dotados de alma podiam mover a si mesmos, o que tornava todos os demais corpos uma mera matéria inerte, que era, por sua vez, movida por algum corpo dotado de alma – como quando, por exemplo, um ser humano manuseia um martelo.

Porém, ao explicar como um corpo – exemplo, um martelo – é movido, podemos sem problemas colocar um ser humano como origem de seu movimento. Já o mesmo não pode ser feito quando pensamos em um universo material em escalas cósmicas. Isso se dá porque não se pode postular o ser humano como origem do movimento no universo, já que não só de acordo com a cosmogonia grega, como também de acordo com a cosmologia disponível à época, o humano não foi nem o primeiro ser dotado de alma a habitar o universo, nem aquele que o criou, nem muito menos é aquele que o governa. O problema que se apresenta aqui é o seguinte: é o universo e seu movimento *desgovernado*, ou é ele guiado por uma espécie de alma cósmica? Em outras palavras: no que tange à *causa primeira* (πρώτη γένεσις) do universo, tem ele um propósito (τέλος) conferido a ele por uma ou mais almas que o governam, ou é ele “guiado” por uma espécie de *acaso pela necessidade* (τυχὴ ἐξ ἀνάγκης)? De acordo com Carone,

Para provar a existência de deus, Platão faz o Ateniense envolver-se numa discussão sobre a natureza da primeira causa. Qual é o princípio explicativo primário do universo? De acordo com seus opositores materialistas, é o acaso (*tyché*, 889a5, b2) ou o acaso pela necessidade (*tyché ex anankês*, 889c1-2) governando o movimento, a colisão e a mistura de forças corpóreas opostas que deu origem aos corpos celestes e ao universo em geral (889a-c). Dentro desse quadro, o corpo precede à alma e a quaisquer propriedades mentais, que se diz que surgiriam “posteriormente” (891c). Na medida em que esses princípios são destituídos de inteligência e planejamento, a postulação deles proporciona, aos olhos de Platão, apoio científico ao ateísmo. O Ateniense pretende atacar tais teorias estabelecendo, inversamente, a prioridade da alma sobre o corpo “por natureza”. Como compreenderemos a

natureza (*physis*)? Aqui a preocupação é menos com a natureza como resultado de um processo de desenvolvimento do que com a natureza como a *fonte* deste processo. (CARONE, 2008 [2005], p. 242)⁶

Se assumirmos que o universo é guiado por um acaso pela necessidade, podemos inferir que ele o “governa” em um movimento já determinado pelas suas condições materiais. Dessa forma, a origem desse encadeamento causal seria um *acaso* no “início” desse mesmo universo. O que esse raciocínio implica é que todas as coisas são completamente determinadas por esse acaso necessitante, e que, nesse caso, não há espaço para escolha entre o bom e o mau, o justo e o injusto, etc., já que não há um Bem como fundamento (*ἀρχή*) racional para o movimento no universo. Ou seja, mesmo que, após o caos inicial, surjam almas dotadas de automovimento, o surgimento delas teria como fundamento uma determinação necessitante anterior a elas. Assim, todas as ações seriam pré-determinadas; ou seja, bastaria ao indivíduo em questão ter conhecimento de todas as variáveis que estão em jogo no momento de qualquer escolha para saber qual escolha ele necessariamente fará.

Na medida em que se assume que todo movimento no universo provém de uma relação de causa e efeito necessitante, é evidente que não pode haver espaço para uma escolha genuinamente livre. Platão percebe que, na medida em que não há espaço para a liberdade, qualquer evento ou ação caracterizada como ruim ou injusta deve ter seu fundamento buscado naquilo que fundamenta toda a cadeia, e tal fundamento, na medida em que a ideia do Bem é transfigurada como acaso por necessidade, implica a seguinte contradição: a ideia do Bem não pode, de forma alguma, ser absolutamente boa. Ou melhor, na medida em que o Bem, nesse caso, se configura como acaso, o Bem se configura como indiferença absoluta.

Platão reconhece que essa tese deriva de certo materialismo e do modo como o movimento é concebido nesse tipo de sistema. O problema desse sistema, assim como suas consequências, derivam do fato de que, para ele, o movimento no

⁶ É importante esclarecer que, no livro X das Leis, quando Platão fala em “deus”, ele não se refere a um deus em específico de sua cultura, mas àquela – ou àquelas – almas boas que governam o universo e zelam pelo bem dos seres humanos. Em outras palavras, o conceito de deus a que se refere Platão seria um conceito metafísico.

universo é exclusivamente mecânico, e esse tipo de movimento sempre implica que os corpos não podem mover a si mesmos, mas apenas ser movidos por outros e, do mesmo modo, mover outros corpos por causa do movimento que anteriormente fora neles imprimido (*Leis*, X: 894b8-9).

Identificar o materialismo de fundo da atribuição da origem do mal à ideia do Bem, no entanto, não é por si só suficiente. Como argumenta Carone, para Platão

A próxima etapa no argumento é estabelecer a prioridade do automovimento sobre o movimento mecânico. Isto é afirmado com base no fundamento de que todo encadeamento de movimento deve parar num primeiro motor. Não pode, por definição, ser o tipo de movimento que, por sua vez, foi movido por alguma coisa mais (cf. 894e4-7). (CARONE, 2008 [2005], p. 243)⁷

Se assumirmos que a linha de pensamento defendida pelos opositores materialistas de Platão é a que descreve verdadeiramente o modo como o universo é guiado, jogamos por água abaixo toda a tese platônica referente à justiça, ao bem, ao belo etc. Isso porque não faz sentido pensar em fazer leis justas ou ensinar as pessoas a escolher o bem em detrimento do mal, o justo em detrimento do injusto, se todas essas escolhas já forem de alguma forma pré-determinadas pelo acaso ou se não houver um Bem – enquanto alma cósmica – que não só fundamente tudo o que existe, mas que sirva de critério para conhecer o que é bom, justo etc. Nesse caso, a única coisa que o filósofo pode fazer é sentar e esperar que as coisas se desenrolem do modo como foram determinadas.

Essa forma de pensar, característica de seus opositores materialistas, confere certo caráter arbitrário às leis da cidade que Platão almeja construir no seu discurso. Sobre esse aspecto, Carone diz que

O livro X das *Leis* começa precisamente como uma tentativa de refutar teorias da natureza segundo as quais esta não só é privada de normatividade, como até se opõe a ela. A grande divisão entre norma e natureza, ou *nomos* e *physis*, que fora defendida por diversos sofistas, recebe agora apoio científico, acredita Platão, de

⁷ Nas *Leis* Platão questiona: “[...] como uma coisa que é movida por outra pode ser aquela que inicia todo o movimento? Isso, com efeito, é impossível [...]” (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 161, X: 894e5-6, tradução do autor).

teorias segundo as quais o universo opera por meio do acaso e não do *nous*, de maneira que a lei, ou qualquer resultado da inteligência, não passa de um fantasma humano ou criação mortal, algo que nada tem a ver com o modo como as coisas são. (CARONE, 2008 [2005], p. 240)

É por esse motivo que Platão tem que demonstrar que o universo é governado por uma alma cósmica que o guie, e mais: não só tem que provar que é uma alma que o guia, mas uma alma boa, *racional* (voûç). Esse aspecto da alma boa ou má será abordado mais adiante no texto, mas por ora não é necessário para elucidar a questão da prioridade da alma com relação ao corpo.

O que Platão acusa em seus opositores materialistas é que o universo deve ser governado por uma alma, já que todas as coisas ou são 1) auto-movidas por possuírem uma alma, ou 2) movidas por outras coisas, podendo ser causa desse movimento tanto outras matérias inertes quanto corpos dotados de almas. O que isso implica é que o universo, se em seu início fosse apenas matéria inerte movida ao acaso, entraria em contradição com a própria ideia de corpo defendida pelos materialistas, porque ela não explica suficientemente de que modo o movimento no universo teve início. É contraditório dizer que *um* corpo específico, ao acaso, diferentemente de todos os demais, contrariando sua natureza e dotado de movimento próprio, *acidentalmente* iniciou o movimento e, portanto, a geração e corrupção no universo. É por esse motivo que, para Platão, parece mais sensato propor a existência de uma alma cósmica guiando o universo. Entretanto, para isso, ele precisa estabelecer a prioridade da alma com relação ao corpo, e também do auto-movimento com relação ao movimento mecânico, para que ela – a alma cósmica – possa ser a causa do movimento no início do universo. Como Platão faz isso? Ele propõe que o universo deve ser guiado por uma alma cósmica, que por ser uma alma, é auto-movida. No livro X das *Leis* Platão questiona:

[...] teremos que buscar outra demonstração, mais adequada, de que a alma é mesmo a origem primeira do movimento de todas as coisas que existem, existiram, haverão de existir e também de seus contrários, uma vez que ela a nós se mostra como causa de toda mudança e movimento em todos os seres? (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 164, 896a7-8, tradução nossa)

E, mais adiante, também o Ateniense – personagem que fala por Platão na obra – pergunta: “não será necessário reconhecer que a alma é a causa de todos os bens e de todos os males, do bonito e do feio, do justo e do injusto, bem como da totalidade de contrários, já que a postulamos como causa de tudo?” (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 165, 896d5-9, tradução nossa).

Uma alma cósmica automovente resolveria o problema que surge no sistema materialista, já que um corpo, sem ser dotado de alma – vide o exemplo do martelo – não pode mover a si mesmo, mas um ser humano, por ser dotado de alma, pode mover o martelo e a si mesmo. O que move o corpo do humano não é seu corpo em si, mas sua alma, que tem a capacidade de mover as coisas – ou seja, o corpo humano – sem necessariamente precisar ser movida por algo anterior a ela na relação causal. Isso porque, segundo Platão, enquanto os corpos inanimados têm a origem de seu movimento *exterior* a si próprios, a alma – ou os corpos animados – tem a origem de seu movimento em seu *interior*.

Em determinado momento do livro X das *Leis*, Platão argumenta:

Consideremos, pois, certo movimento que pode sempre mover a outras coisas, mas não pode mover a si mesmo; e outro que pode sempre mover-se a si mesmo e também as outras coisas por misturas e separações, aumentos e diminuições, gerações e destruições; e seja este último, por sua vez, um tipo distinto na totalidade dos movimentos. (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 160, 894b7-13, tradução nossa)

Ou seja, há um tipo de movimento que pode sempre mover outras coisas, mas não a si mesmo, e outro que pode mover tanto a si mesmo quanto outras coisas. Este outro movimento é o automovimento, ou movimento da alma, que tem a origem do movimento em si mesma, ou seja, interna, o que fica evidente se levarmos em consideração o modo como Platão define a *alma* logo na sequência: “[...] o movimento que pode mover a si mesmo” (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 164, 896a1-2, tradução nossa).

Isso tudo, no entanto, mostra apenas que a alma tem em si própria a origem de seu movimento, mas não que sua origem, no que tange ao universo, antecede à do corpo. Para estabelecer essa segunda tese, Platão argumenta que

Quase todos os homens, meu amigo, parecem desconhecer a alma, como ela é e o poder que tem; e, entre outras coisas relativas a ela, seu nascimento: isto é, que nasce entre os primeiro seres e é anterior a todos os corpos e governa em princípio toda mudança e toda nova ordenação deles. Sendo assim, não é necessário também que as coisas semelhantes à alma tenham nascido antes que aquelas pertencentes ao corpo, sendo ela mais antiga que o próprio corpo? (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 157, 892a2-10, tradução nossa)

Com efeito, se a alma tem prioridade com relação ao corpo por ser automovente, então a causa primeira do movimento no universo – ou seja, de *geração e corrupção* – deve ser uma alma cósmica automovente.⁸ Porém, estabelecendo essa tese, outro problema – talvez de maiores proporções – surge para Platão: se uma alma automovente é *responsável* pelo movimento no universo, prova-se apenas que há uma alma que o guia, mas não sabemos se essa alma é boa, má, ou até mesmo irracional – o que implicaria, novamente, num movimento desgovernado do universo. Dependendo de qual das três alternativas usemos como resposta para essa pergunta, o universo ou continua sendo governado por uma espécie de necessidade irracional – desgovernado –, ou é governado por uma alma boa e/ou má⁹, o que torna complicado para Platão explicar como o conhecimento do Bem deve ser tomado como critério para a criação de leis boas e justas, já que desse mesmo Bem derivariam – por consequência do argumento – também as

⁸ Ao sugerir que há uma “alma automovente” que governa o universo, e um “universo” a ser governado, algumas pessoas podem interpretar a tese platônica como sendo uma tese que defende uma espécie de *dualismo*. Ou seja, o universo seria um todo composto estritamente por corpos físicos, e a alma cósmica que o governa seria como uma espécie de *agente transcendente* e independente, à parte deste universo físico. Este tipo de problema produz um outro: como essa alma *interage* com o universo físico? Isto seria de fato um problema para Platão se em sua tese ele afirmasse essa dualidade na *realidade efetiva*, coisa que ele de fato não faz. Na tese Platônica, a alma cósmica – assim como todas as demais almas – são *parte* do universo físico, diferindo dos corpos físicos em apenas dois aspectos: 1) os corpos físicos são conhecidos por meio das *sensações*, enquanto a alma é conhecida por meio do *intelecto*, porém, sem sair do plano de realidade efetiva proposto por Platão; 2) os corpos físicos têm seu movimento originado de *fora*, enquanto as almas têm uma origem *interna* do seu próprio movimento. Para um estudo mais aprofundado desse tema, cf. CARONE, 2008 [2005], p. 246ss.

⁹ Dizer que o universo é governado por uma alma boa e má é o mesmo que dizer que o universo é governado por uma alma indiferente, o que invalidaria a tese platônica, que depende da prova de que é uma alma boa a governar o universo. Sobre a possibilidade do universo ser governado por almas boas e almas más, cf. CARONE, 2008 [2005], p. 251-3.

coisas más e injustas. O que mostrarei no próximo capítulo é como Platão defende a tese de que a alma que governa o universo deve ser boa e, depois, como essa alma boa não pode ser responsável pelo mal no universo. Para tanto, introduzirei a ideia de que cada alma governa sua parte do universo como se fosse um arconte, para então explicar a origem do mal.

A origem do mal em um universo governado por uma alma cósmica boa

Como expus na seção anterior, se a alma tem prioridade com relação ao corpo por ser automovente, o início do movimento no universo deve ter como origem uma *alma automovente*, ou uma alma cósmica. Essa prioridade quanto ao início do próprio movimento de geração e corrupção de todas as coisas não precisa ser necessariamente cronológica, como se disséssemos que a alma surgiu no tempo antes do mundo físico, mas *lógica*. Como já foi explicado anteriormente, essa alma não é independente do universo físico, diferindo do corpo apenas no plano da *inteligibilidade*, e não na realidade efetiva, o que afasta Platão de um possível dualismo.

O problema que surge ao postularmos uma alma cósmica como aquela que governa o universo é: essa alma é boa? É ela má? E se não for nem uma nem outra, mas for indiferente? É uma alma ou são muitas? É possível que, se mais de uma alma governa o universo, seriam elas divididas entre almas boas e más, lutando por esse governo? Tentarei, na medida do possível, reconstruir a argumentação platônica no livro X das *Leis* para responder essas perguntas.

Seguindo a ordem proposta, tentarei responder a primeira pergunta, que pode ser reformulada da seguinte maneira: assumindo-se que, de fato, há uma alma automovente que governa o universo – ou uma *alma cósmica* –, essa alma é boa ou má? Para respondê-la, vamos desconsiderar, por ora, o fato de que podem ser uma ou mais almas governando o universo, problema que será retomado adiante. Nesse contexto, ao perguntarmos por uma alma ou *boa* ou *má*, devemos antes nos perguntar se é uma alma *racional* (νοῦς) ou uma alma *irracional* (ἀνόια) que governa o universo. No livro X das *Leis*, Platão diz que

[...] se a marcha e o movimento geral do céu, assim como dos diversos seres que o habitam, são semelhantes ao movimento, às

revoluções e aos raciocínios da inteligência, e se se conduz de maneira semelhante, não há dúvida de que a melhor alma é aquela que cuida do mundo todo e o conduz por semelhante caminho. (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 166; 897e5-10, tradução nossa)

Ou seja, Platão, a partir da constatação de que os movimentos celestes se assemelham em regularidade aos “movimentos” da alma racional, conclui que a alma que governa o universo deve, portanto, ser também racional.

Entretanto, mesmo que tenhamos estabelecido que a alma que governa o universo é racional, ainda não sabemos se ela é boa, má ou indiferente. Isto se deve ao fato de que continua a ser ela a *fonte* – ou origem – tanto das coisas boas como das coisas más. O que Platão precisa mostrar é que a alma cósmica não é fonte das coisas boas e más, mas *apenas* das boas, e que a fonte das coisas más é outra. Ou seja, é imprescindível para o filósofo ateniense provar esse ponto, já que, se a alma cósmica for, de certa maneira, indiferente – ou seja, fonte tanto do bem quanto do mal –, ela não pode ser tomada como boa, de modo que o que a caracteriza (a ideia do Bem) possa ser considerado como critério para a formulação de leis boas e justas. Nesse sentido, é interessante o que Platão diz, nas *Leis*, sobre essa suposta indiferença da alma racional que governa o universo no que diz respeito aos “assuntos humanos”:

Ou talvez será que, ao vermos homens que chegam à velhice em meio às mais grandes honras, tendo atrás de si os filhos de seus filhos, te perturbas então constatar que em todos os casos, seja por meio de boatos, seja porque viu de modo inegável você mesmo ao ser testemunha de alguns dos muitos crimes e prevaricações que se fazem, que é exatamente por tais meios que tais homens chegaram aos mais altos cargos a partir de lugares humildes; então fica evidente que todas essas coisas são a causa de você, sem querer, em virtude de sua finitude, acusar os deus de serem responsáveis por tais ações, e movido também pela ausência de sentido em se revoltar contra os deuses, ter chegado agora nessa situação em que acredita que eles existem, mas que também desprezam e não se interessam pelos negócios humanos. (PLATÃO, 1999 [350 a.C.], p. 171 899e4-900b5, tradução nossa)

Carone diz que, “se o universo está nas mãos de algum poder controlador, assim pensam, ou esse poder é responsável pelo mal, ou então não pode ser do tipo que proporciona zelo” (CARONE, 2008 [2005], p. 252). É por isso que, para Platão, provar a existência dos deuses e provar a existência de uma alma cósmica racional

é tão importante quanto provar que esta alma cósmica zela pelo bem humano. E, retomando o problema anterior, quando dissemos que por ora não era necessário abordar o problema da multiplicidade de almas boas ou más, não daremos ênfase a esse aspecto porque o que Platão parece buscar é qual estado da alma – se racional (voũς) ou irracional (ἀνόια) – prevalece no universo como um todo (CARONE, 2008 [2205], p. 256). A grande dificuldade, portanto, consiste em provar que essa alma racional, que parece prevalecer no universo como um todo e que governa seu movimento, é uma alma *boa*. Para isso, o filósofo ateniense não precisa negar que há um tipo de “alma má” no universo – coisa que ele de fato não faz –, mas precisa mostrar que *não é* um tipo de alma má que o governa, e sim uma *boa*. Retomando o trecho do livro X que citei acima, Carone diz que

Se todo o curso e o movimento do céu e todas as coisas nele contidas estão aparentados ao movimento, à revolução e a cálculos da razão – isto é, se é regular (kata tauta, hêsautôs), no mesmo lugar, em torno do mesmo ponto e na mesma direção (pros ta auta), de acordo com uma única proporção e ordem (logon kai taxin) 898a8-b1 – então é a melhor alma que conduz e cuida do cosmos inteiro. Se, pelo contrário, o movimento do universo é louco e desordenado (manikôs kai ataktôs), é a alma má (897c4-d1). (CARONE, 2008 [2005], p. 256-7)

É evidente que, com este trecho, praticamente repetimos o que já dissemos anteriormente com o trecho das *Leis*, mas é importante ligá-lo a outro trecho da análise da autora, que diz o seguinte:

O que a conclusão claramente mostra é que não é uma alma má (mas um tipo excelente de alma) que governa o universo, tomado como o *sistema astronômico* total (ou “circuito celeste”, *ouranou periphora*, 898c3). Assim, os movimentos loucos e desordenados sob o efeito de uma alma má descritos no texto (897d1, cf. 898b5-8) só poderiam ser aplicados ao universo contrafactualmente: mostram como o universo seria se não fosse deus ou um tipo **bo**m de alma que o guia. (CARONE, 2008 [2005], p. 257-8, grifo meu)

Em outras palavras, a alma cósmica deve ser uma *alma boa*, caso contrário o movimento no universo seria caótico – ou desordenado – e, portanto, incompreensível ao intelecto. Porém, é aqui que o problema se transforma numa espécie de paradoxo: 1) o universo é governado por uma alma boa que é a origem do movimento – geração e corrupção – de todas as coisas; 2) essa alma, por ser boa,

não pode originar o mal no universo. Logo, não deveria haver mal no universo; 3) há mal no universo.

A contradição é bem evidente: se uma alma boa é origem de todo o movimento, não deveria haver mal no universo. Porém, há mal, portanto, deve ser essa alma boa a origem também do mal.¹⁰ Para não desdizer aquilo que estabeleceu como o *princípio dos opostos*, Platão tem que buscar a fonte desse mal em algo diferente da alma cósmica que governa o universo. É nesse momento que surge a ideia de que cada alma – cada alma humana – é responsável pela parte que lhe cabe do universo, e a governa como se fosse uma espécie de arconte. Em outras palavras, o universo como um todo é governado por uma alma cósmica boa, que confere realidade – ou seja, é *fonte* – de todas as coisas boas e *também* daquelas coisas que, por serem finitas e limitadas, podem escolher praticar o mal ou não. Cada alma individual, por também ser automovente¹¹, tem a plena liberdade de fazer um *bom* ou *mau* uso das coisas boas que existem no universo, coisas boas essas que existem graças à alma cósmica que, enquanto fonte deste movimento de geração e corrupção, governa o universo (κόσμος).

É, portanto, dessa liberdade para fazer um mau uso das coisas boas, que surge o mal no universo, que não é um mal de caráter positivo – i.e., que exista enquanto realidade efetiva, mas um mal no sentido negativo de *privação* do bem.¹² Quem é livre para fazer mau uso das coisas é cada alma individual. Isso acontece porque o caráter *bom* que cada coisa no universo possui não é nada além de uma espécie de potencial. Em outras palavras, se tal potencial for plenamente atualizado, poderemos dar o *melhor* uso às coisas boas que existem no universo. Desse modo, se as coisas boas no universo são boas porque possuem uma espécie de “melhor

¹⁰ É importante lembrar que, na *República*, Platão estabelece um princípio que diz que a mesma coisa não pode ser origem de *algo* e *seu oposto*. Ele diz que “é evidente que a mesma coisa não admitirá produzir ou sofrer efeitos contrários no mesmo sentido, com respeito à mesma coisa e ao mesmo tempo” (PLATÃO, 2010 [380 a.C.], p. 191, 436b8-9).

¹¹ Como argumentei acima, o *ser automovente* é o que de fato caracteriza uma alma propriamente dita.

¹² O que antecipa de modo explícito a discussão de caráter neoplatônico empreendida por Agostinho de Hipona (354-430) em *O livre arbítrio* [*De libero arbitrio*], escrito entre 388 e 395.

uso”, a alma cósmica – ou *deus* – ganha um novo caráter, cada vez mais de acordo com a tese platônica. Deus, ou a alma cósmica, não é uma espécie de *deus ex machina*, que está além do universo físico, mas

“[...] não é outro senão aquele a favor de cuja existência se argumentou anteriormente, isto é, o deus cósmico ou, mais concretamente, o próprio universo orgânico como um sistema auto-regulador” (CARONE, 2008 [2005], p. 267).

Dessa maneira, essa alma cósmica que governa o universo e que agora podemos tomar pelo Bem, atua exatamente como critério não apenas para fazer um *melhor uso* das coisas boas, mas também como critério para a criação de leis boas e justas, que visam a obtenção dos melhores prazeres e, também, do melhor uso que se pode dar às coisas naturalmente boas do universo. É por isso que, tanto na *República* quanto nas *Leis*, Platão dá tanta ênfase a esse aspecto, já que, se na primeira obra, seu objetivo era fazer com que cada cidadão tivesse esse conhecimento – do Bem –, na segunda seu objetivo se torna mostrar por qual motivo é justo e bom seguir leis justas e boas, já que elas foram formuladas usando como critério o conhecimento do Bem, que torna possível conhecer o que de melhor se pode tirar de tudo o que universo dispõe.

Por consequência do argumento, parece que Platão nos dá indícios de que nós, enquanto almas individuais, *participamos* ativamente do governo do universo. Assim,

Tudo quanto fazemos é refletido no cosmos e o afeta e, por sua vez, desencadeia consequências cósmicas a ele destinadas que também nos afetam. Por esse ponto de vista, a ética se torna inseparável da cosmologia, e a investigação do universo resulta numa ampliação do entendimento de nós mesmos. (CARONE, 2008 [2005], p. 277)

Portanto, quando percebemos a amplitude da cosmologia e suas dimensões éticas nas *Leis* de Platão, torna-se claro por qual motivo Platão enfatiza tanto a importância de assumirmos responsabilidade (*αἰτία*) como governantes (*ἄρχοντες*) das partes (*μωρία*) que nos foram aquinhoadas neste complexo universo, como

também é importante para o filósofo mostrar que partilhamos com a alma cósmica o governo não só de nossa parte, mas também do sistema inteiro.¹³

O Bem como *critério* para a lei boa e justa

Como foi dito no início do texto, provar que é uma alma cósmica boa que governa o universo é algo de fundamental importância para a manutenção da coerência da tese platônica do Bem como critério para a formulação de leis boas e justas. Na primeira parte mostrei como deve haver uma alma cósmica automovente na origem do movimento de geração e corrupção de todas as coisas, já que apenas uma alma pode mover outras coisas sem precisar ser movida por outra coisa anterior no encadeamento de causas e efeitos. Desse modo, mostrado como, para Platão, deve ser uma alma cósmica desse tipo – automovente – que deu origem ao movimento das coisas no universo, fez-se também necessário mostrar como ela deve ser uma alma *boa* e que o mal no universo não se origina dela.

Na segunda parte do texto mostrei, a partir do texto platônico, como deve ser uma alma boa que governa o universo e como essa alma deve ser origem *apenas* das coisas boas e de coisas que, por serem livres para escolher, podem *escolher* praticar o mal, mas sem se responsabilizar pelas ações dessas últimas, resultados de escolhas livres.

Portanto, ao dizer que a origem do mal está no mau uso que as almas individuais dão às coisas naturalmente boas, Platão defende que a responsabilidade pelo mal cabe, por fim, a essas almas, e não à alma cósmica, *fonte* tanto das coisas boas quanto das almas individuais, uma vez que essas almas individuais, também dotadas de automovimento ou, em outras palavras, livre-arbítrio, são elas responsáveis pela introdução do mal no universo bom. Se, para concluir, essa alma cósmica é o Bem, e ele não é origem do mal, o Bem pode, sem contradição, ser o critério com o qual os legisladores formulam leis *boas e justas*.

Referências

CARONE, G. R. *A cosmologia de Platão e suas dimensões éticas*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

¹³ Cf. CARONE, 2008 [2005], p. 275.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas por Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

PLATÃO. *Las Leyes*. Edición bilingüe. Traducción, notas y estudio preliminar de José Manuel Pabón y Manuel Fernández-Galiano. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999.

Submissão: 11. 06. 2023 / Aceite: 30. 07. 2023